

Vol 17, Núm1, jan-jun, 2024, pág. 393-414.

## **Lei 10.639/2003: uma análise da releitura de imagem sobre a história e cultura afro-brasileira e africana no estágio supervisionado em artes visuais no PARFOR/UFPA, campus Abaetetuba-PA**

Gleciene Tavares de Oliveira  
Raquel Amorim dos Santos

### **RESUMO**

O presente estudo é resultado de uma pesquisa realizada no Estágio Supervisionado, Anos Iniciais do Curso de Licenciatura em Artes Visuais no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica/PARFOR, da Universidade Federal do Pará/UFPA, Campus Universitário de Abaetetuba-PA. A pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições da Lei 10.639/2003 a partir da proposição didática de releitura de imagem sobre a história e cultura afro-brasileira e africana aplicada em sala de aula. O aporte teórico baseou-se em Munanga (2012) Mello e Souza (2008), Gomes (2005, 2006), Coelho (2012), Santos (2014), entre outros, além de documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana DCNERER, (CNE/ CP 003/ 04) e a Lei 10.639/03. A pesquisa de abordagem qualitativa (Minayo, 2001) com aplicação da pesquisa de campo em uma escola da Rede Municipal de Ensino Fundamental no município de Abaetetuba PA, tendo como participantes 28 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, com aplicabilidade de uma proposição didática intitulada “Releitura de imagem”. Os resultados revelam o quanto as atividades com imagens ampliam o repertório imagético da criança, fazendo com que ela tenha outras referências culturais. A prática pedagógica do professor é importante nesta aprendizagem colaborativa para a formação cultural do aluno, promovendo um ensino construtivo, crítico e reflexivo, fazendo transitar pelo currículo escolar propostas voltadas à cultura afro-brasileira e africana. Concluímos que a acessibilidade da Lei 10.639/2003 em sala de aula a partir da proposição didática da releitura de imagem amplia as possibilidades para se trabalhar a história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, de modo contribuir para promover o reconhecimento e a valorização da população negra e sua contribuição na construção da sociedade nacional.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/2003. História e Cultura Afro-brasileira. Proposição Didática. Ensino Fundamental

### **ABSTRACT**

The present study is the result of research carried out in the Supervised Internship, Initial Years of the Degree Course in Visual Arts in the National Program for Training Teachers in Basic Education/PARFOR, at the Federal University of Pará/UFPA, University Campus of Abaetetuba-PA. The research aims to analyze the contributions of Law 10,639/2003 based on the didactic proposition of rereading images about Afro-Brazilian and African history and culture applied in the classroom. The theoretical contribution was based on Munanga (2012) Mello e Souza (2008), Gomes (2005, 2006), Coelho (2012), Santos (2014), among others, in addition to official documents such as the National Curricular Guidelines for Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture DCN's, (CNE/ CP 003/ 04) and Law 10.639/03. The qualitative approach research (Minayo, 2001) with the application of field research in a school in the Municipal Elementary Education Network in the municipality of Abaetetuba PA, with 28 students from the 5th year of Elementary Education as participants, with the applicability of a didactic proposition entitled “Image rereading”. The results reveal how much activities with images expand the child's image repertoire, enabling them to have other cultural references. The teacher's pedagogical practice is important in this collaborative learning for the student's cultural formation, promoting constructive, critical and reflective teaching, making proposals focused on Afro-Brazilian and African culture pass through the school curriculum. We conclude that the accessibility of Law 10,639/2003 in the classroom based on the didactic proposition of rereading images

expands the possibilities for working on Afro-Brazilian and African history and culture in the school curriculum, in order to contribute to promoting recognition and appreciation of the black population and its contribution to the construction of national society.

**Keywords:** Law 10,639/2003. Afro-Brazilian History and Culture. Didactic Proposition. Elementary School.

## INTRODUÇÃO

A importância da cultura afro-brasileira e africana na construção da identidade brasileira corrobora para uma educação étnica cultural, que contextualiza os saberes, as influências culturais enraizadas em nossa cultura, além de ultrapassar o pensamento eurocêntrico<sup>1</sup>.

A escola como a base de uma formação sociocultural dos estudantes, de preparação para o processo produtivo e para a vida, um espaço de cidadania, crítica e participativa e de formação ética (Libâneo, 2007), deve possibilitar o diálogo sobre a importância do reconhecimento e da valorização da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar, visando a construção da identidade negra positiva no espaço escolar e nos processos didáticos pedagógicos. Para Munanga (1986, p. 23), “[...] é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscritas na história”.

Munanga (2012, p. 6-7) corrobora que a “[...] identidade afro-brasileira ou identidade negra passa, necessária e absolutamente, pela negritude enquanto categoria sócio-histórica, e não biológica, e pela situação social do negro num universo racista”. Ainda, afirma que a identidade negra é “[...] identidade política [...]”. Nela se encontram negros e negras de todas as classes sociais, de todas as religiões, de todos os sexos, porque juntos todos são vítimas da discriminação e exclusão raciais”. (Munanga, 2012, p. 13).

O reconhecimento e a valorização da identidade do negro no Brasil, contribui para refletirmos sobre a construção educativa para uma aprendizagem colaborativa a partir da Lei 10.639/2003, com objetivo de discutir as contribuições dessa legislação antirracista e sua inserção no Ensino de História e Cultura Afro-brasileira na sala de aula.

A história do negro no Brasil tem sido demarcada pelo racismo, preconceito e discriminação racial, cujo mote assenta-se na ideologia do branqueamento e no processo de

---

<sup>1</sup> Para Quijano (2005, p. 111) “[...] o eurocentrismo moderno/colonial teria como “justificação”, a classificação racial da população mundial construída após a conquista das Américas. Em outras palavras se refere “[...] a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Idem, 2005, p. 115).

miscigenação<sup>2</sup>, visão otimista pensada pela elite branca (lógica dominante), que visava uma população mestiça, sempre mais branca. (Skidmore, 1976).

As culturas e a identidade nacional têm as contribuições culturais da população negra e precisam ser resgatadas positivamente, desconstruindo imagens negativas e estereotipadas acerca do negro, por isso a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos das instituições de ensino, é uma importante política curricular de inclusão da história e cultura negra no Brasil. Lei antirracista, sancionada pelo Governo Federal, no contexto político do Partido dos Trabalhadores, na Gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), mas, sob o protagonismo do movimento negro brasileiro.

A relevância da Lei 10.639/2003 na Educação Básica engendrou uma nova dinâmica nas escolas, promovendo a inclusão de um conteúdo inédito na Educação Básica, embora pouco conhecido, mesmo na Educação Superior. Elege a África como uma das matrizes das instituições nacionais, retirando da Europa o lugar de matriz única de nossa cultura, demanda o abandono do mito da democracia racial, herança de décadas de tolhimento das lutas das populações negras organizadas e encaminha o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, estratégias para a oferta de uma educação que coíba a reprodução do preconceito, da discriminação, redução das desigualdades e dos padrões eurocêntricos que precisam ser desmitificadas em relação ao a população afro-brasileira e africana, enraizada na sociedade brasileira à décadas. (Santos, 2014).

O estudo apresenta uma breve incursão sobre os caminhos da história da África presente na cultura, plasticidade, arte, entre outros. A metodologia do estudo se deu por meio da abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e de campo, ocorrido em uma Escola da Rede Municipal de Abaetetuba, no estado do Pará, com proposta de atividade para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

---

<sup>2</sup> “A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro - a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca, por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo - a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte em parte devido às pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. (A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca)” (SKIDMORE, 1976, p. 81).

## ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A ÁFRICA: BREVE INCURSÃO

A África é considerada o berço da humanidade e da civilização. De acordo com Nascimento (2006) foi no Continente Africano onde nasceram/surgiram/foram criados os primeiros ancestrais com suas características linguísticas, crenças, tradições, costumes, construídas ao longo de sua história. Continente esse que deu vida as primeiras espécies humanas, formando as primeiras civilizações com seus grandes impérios e reinos desenvolvendo-se politicamente, economicamente em seu país antes da chegada dos navegadores, caracterizando-se pela sua diversidade cultural, ligada intimamente a história do Brasil, enriquecendo com seus aspectos culturais. (Nascimento, 2006)

Serrano e Waldmann (2007, p. 21), no entanto afirmam: “[...] a África mais do que qualquer outro continente, terminou encoberta por um véu de preconceitos que ainda hoje marcam a percepção da sua realidade”. Na concepção de Santos (2014, p. 71): “A presença da África na realidade social e cultural brasileira historicamente é alimentada pelo tráfico de escravos presentes, não raras vezes nas imagens dos livros didáticos”.

Souza (2014) aponta que a relação Brasil/África traz em si um conhecimento cultural enraizado pela sua história pertinente ao processo de colonização, onde ambos foram sujeitos que contribuíram para a formação nacional. Todo processo da identidade desses povos que entrelaçaram suas culturas, resultou na cultura afro-brasileira, aproximando-as suas raízes, seja na religião, culinária e etc.

Souza (2014, p. 7) afirma:

Como todos sabemos, e confirmamos ao olhar para as pessoas que formam o povo brasileiro, os negros africanos deram uma contribuição muito importante para o Brasil ser o que é hoje. Depois de uma dura travessia pelo oceano atlântico, foram obrigados a mudar sua maneira de viver, adaptando seus costumes e suas tradições ao novo ambiente. Misturando-se ao povo que aqui encontraram, esses negros deram origem à mestiçagem que amorenou a nossa pele, alongou nossa silhueta, encrespou nossos cabelos e nos conferiu a originalidade de gestos macios e andar requebrados. Ao incorporarem elementos africanos ao seu dia-a-dia nas lavouras, nos engenhos de açúcar, nas minas e nas cidades, construíram uma nova identidade e nos legaram o que hoje chamamos de cultura afro-brasileira.

As contribuições dos povos africanos para a cultura brasileira são visíveis nos artefatos de objetos, músicas, danças, pinturas, artesanato, rituais, esculturas, artes, enfim uma variedade de valores pertinentes ao seu modo de fazer, de viver, de se comunicar, que acabou influenciando outras culturas. O conhecimento sobre a História do Brasil, exige o conhecimento da história dos povos africanos e o seu legado para a nação brasileira.

Na concepção de Oliveira (2006, p. 18):

Seria um engano conhecer o Brasil sem conhecer a história dos afrodescendentes. Seria um engodo compreender o Brasil sem antes conhecer a África. Seria uma lástima procurar entender a realidade social brasileira sem compreender a realidade racial do país. Combater a discriminação racial não é tarefa exclusiva do poder judiciário. É preciso repensar a história brasileira a partir do legado africano. Sem isso, perderíamos em profundidade e qualidade o conhecimento sobre nós mesmos. A brasilidade, em muito, é tributária da africanidade. As africanidades redesenham e redefinem a identidade nacional e, com isso, o projeto político, econômico e social brasileiro. Ainda que o discurso político e acadêmico tenha excluído, durante séculos, a experiência africana no Brasil, sua influência não deixou de exercer papel fundamental na construção do país. Chegou o tempo de ouvir quem foi calado.

A história da África e dos seus descendentes no Brasil surge com diversas questões a ser pensadas de forma sistemática, sobretudo aquela perspectiva negativa sobre a imagem do negro marcada pelo racismo, preconceito e discriminação, mas ressaltando aspectos que visam abordar a história da África, das lutas dos negros, de sua familiaridade e a contribuição para a construção da identidade nacional. A partir dessa breve incursão sobre os povos africanos é possível compreender a história, a memória, a cultura, a socioeconomia e outros aspectos que interligam a identidade e a cultura nacional.

Munanga (2005) adverte sobre a necessidade do resgate da memória coletiva da comunidade negra, a esse respeito corrobora:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.16)

Para Munanga (2006) o resgate histórico da memória coletiva interessa aos negros, mas principalmente a comunidade branca por receber uma educação marcada pelo racismo, preconceito e discriminação nos diferentes espaços sociais, inclusive na escola. A despeito das condições de desigualdade entre negros e brancos, cada etnia a seu modo contribui para a formação (econômica e social) e para identidade nacional, mas é necessário reconhecer que essas desigualdades (sociais e raciais) operam de forma deletéria na construção positiva da identidade negra.

A escola, portanto, é basilar para a formação de alunos críticos e deve contribuir para a reeducação entre negros e brancos na sociedade brasileira. A luta dos negros no Brasil precisa

aflorar nos espaços da sala de aula, elencando discussões estruturais que visem o reconhecimento e a valorização identitária, étnico e cultural dos afro-brasileiros e africanos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana com base em Frantz Fanon, afirmam:

[...] os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais saudáveis, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres, humanos e cidadãos. (FANON, 1979, p.46)

A História da África desvela o conhecimento de muitas verdades sobre o Continente Africano que foram ocultadas pelos ocidentais, disseminando ao mundo uma imagem da África como lugar de miséria e inferiorização, uma história camuflada, mutilada e demarcada por um cenário de opressão e barbárie (Ki-ZERBO, 2010).

Na concepção de Ki-Zerbo (2010, p. 302) a história da África deve ser reescrita, a esse respeito afirma:

... a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela 'força das circunstâncias', ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.

A história da África deve ser reescrita positivamente em seus aspectos identitário, político, econômico e social, o que demanda a inserção efetiva de estudos pertinentes a história afro-brasileira e africana no currículo escolar e nos Projetos Pedagógicos de Curso das Instituições de Ensino Superior e deve ocorrer na prática, por meio da implementação da Lei 10.639/2003, visibilizando as lutas, resistências, memórias, ancestralidade, etc.

A Lei 10.639/2003, contribui para a inserção dessa temática no currículo escolar, Projetos Pedagógicos e outros. No entanto, essa Lei por si só, não pode erradicar as atitudes racistas e preconceituosas existentes na escola, no currículo e em outro espaço social. É necessária uma ação efetiva dos agentes educacionais (gestores, coordenadores pedagógicos, professores, etc.) para a implementação da Lei 10.639/2003 nas Instituições de Educação Básica, Ensino Superior, na política curricular e na formação de professores.

Costa e Silva (2003) ao abordar sobre a história da África como valor histórico, aponta que não há como delimitar a história do Brasil sem relação com a história da África, suas tradições, seus costumes, suas crenças, a formação histórico-cultural e identitária que contribuiu para a formação território brasileiro. Refletir sobre a cultura negra, é construir outro olhar sobre a cultura afro-brasileira e africana, considerando a diversidade étnico-cultural, a identidade, as múltiplas contribuições socioculturais dos negros, deixadas ao longo da história no modo de vida do brasileiro, seja qual for o seu pertencimento étnico.

Segundo Gomes (2005, p. 84) a cultura negra possibilita:

A construção de um “nós”, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse “nós” possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade.

Para Gomes (2005) a cultura negra possibilita a construção da identidade, de uma consciência cultural voltada para o reconhecimento e valorização da memória, ancestralidade, estética, corporeidade, musicalidade, religiosidade, com foco na vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Nesse sentido, a escola deve contribuir para a construção da identidade negra positiva e de uma consciência crítica da história e cultura dos povos afro-brasileiros e africanos de inclusão da Lei 10.639/2003 por meio da política curricular de ações afirmativas.

## **A LEI 10.639/2003: UMA POLÍTICA CURRICULAR DE AÇÃO AFIRMATIVA NA ESCOLA**

A Lei 10.639/2003 como uma Política Curricular de Ação Afirmativa busca contribuir para o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, resgatando a contribuição do povo negro (social, econômica e política) na História do Brasil. Para Gomes (2005, p. 51) as políticas de ações afirmativas consistem:

[...] políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos do racismo estrutural, da discriminação racial, [...] elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade”.

A Lei 10.639/2003 contribui para o enfrentamento do racismo, preconceito e discriminação racial na escola, bem como para a promoção e concretização da igualdade racial.

Isso exige o enfrentamento das estereotípias que são inertes ao imaginário social, formação crítica embasada em pressupostos teóricos e práticos com vista a contribuir com a diminuição histórica das desigualdades raciais.

O estudo da História e Cultura Afro-brasileira e africana vem ganhando relevância no Brasil, especialmente a partir da Lei 10.639/2003, que inclui no currículo oficial das escolas brasileiras a história Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar. A Declaração de Durban e as pressões do Movimento Negro foram decisivas para que o governo brasileiro transformasse o Projeto de Lei nº 259/1999<sup>3</sup> em Lei Ordinária 10.639/2003 (BRASIL, 1991). Assim, a Lei 10.639/2003 foi sancionada, na Gestão do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003), em uma de suas primeiras ações de seu mandato, assinando a referida Lei, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96).

A promulgação da Lei Federal 10.639/2003, e principalmente o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP nº 03/2004), transformado posteriormente na Resolução nº 1/2004, estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo de ensino públicos e privados, articulando assim eixos temáticos referentes à Lei, oficializado pela nova legislação com o acréscimo de mais dois artigos na LDB nº 9.394/96:

Art.26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro- Brasileira.

Parágrafo Primeiro - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo segundo - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art.79-B – O calendário escolar inclui o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (Redação dada pela Lei 10.639, 2003).

---

<sup>3</sup> Projeto de Lei de autoria dos deputados federais Benhur Pereira e Esther Grossi de 11 de março de 1999, cuja Ementa dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.



A promulgação da Lei 10639/03, possibilita a inclusão de conteúdos inéditos sobre o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição da população negra nas áreas socioeconômica e política, referente à História do Brasil e ainda inclui o Dia da Consciência Negra. (BRASIL, 2003). Mas, persiste no imaginário social brasileiro imagens estereotipadas sobre a história do negro em diferentes contextos históricos, destacando-se, dentre outros o período da escravidão, além da invisibilização dessa história nos livros didáticos e em outros instrumentos didático-pedagógicos.

Na concepção de Coelho (2012, p.119-120):

A lei nº 10.639/2003 é resultado de uma demanda da sociedade civil organizada e preocupada com a construção de uma sociedade mais justa, assim como a demanda daqueles que não temem o desnudamento de conflitos latentes, encobertos por subterfúgios, como a ideia de que somos uma democracia “racial”. Ela é fruto dos resistes movimentos sociais negros organizados que reivindicam uma educação menos eurocêntrica, a qual contemple os componentes africanos que constituíram o passado brasileiro e que participam ativamente da construção do seu presente. Ela é resultado, também, do avanço da consciência democrática e das demandas por uma sociedade mais justa, pois se insere no âmbito da luta pela educação inclusiva, em todos os níveis. Trata-se de aparato legislativo porque altera a Lei nº 9.394/96- Diretrizes e Bases da Educação-, determinando a inclusão de conteúdos pedagógicos. Assim, a lei determina o ensino da história e a cultura Afro-brasileira e direciona a educação ofertada ao enfrentamento do preconceito e da discriminação.

A construção de uma escola antirracista, necessita de um ambiente que combata o racismo e à discriminação racial. As populações negras foram e ainda são impedidas de viver sua cidadania em função desse racismo estrutural, da discriminação e dos preconceitos, que atinge a população negra nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Para Gomes (2005) não há como negar que a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte da vida humana. Interpretações racistas e discriminatórias sobre o continente africano são incorporadas constantemente e tornam-se bem visíveis em várias situações do cotidiano, afinal, somos ainda um país racista. O racismo como um dos fatores que mais gera problemas emocionais, excludentes, assentado no passado colonizador, demarcado por imagens de um continente europeu idealizado por uma etnia europeia com imagens que permeiam até hoje nos espaços escolares.

Para Munanga e Gomes (2006, p. 77):

Até hoje, nas imagens que são veiculadas sobre a África, raramente são mostrados os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e muito menos as de uma cidade africana construída pelo próprio ex-colonizador. Geralmente, a África de forma dividida e reduzida, focalizando os aspectos negativos, como atraso, ainda é apresentada guerras “tribais”, selva, fome, calamidades naturais, doenças endêmicas, Aids, etc.

A discussão sobre a África e o negro no contexto brasileiro se faz necessário nos espaços educativos. A escola como uma das emancipadoras da construção do conhecimento deve promover o debate, a reflexão, combatendo o racismo a discriminação racial. Os dispositivos legais antirracistas vêm dar esse subsídio a todos os agentes da educação, especialmente aos professores, um currículo que de fato insira e discuta a diversidade étnico-racial alinhada a Lei 10.639/2003, que foi ampliada pela 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e outros dispositivos antirracistas, que promovem a discussão sobre identidade, cultura afro-brasileira e africana.

Nas escolas, entretanto em vez de enfatizar o estudo da cultura afro-brasileira, africana e indígena, o que se percebe são ações antirracistas alusivas ao dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra e o Dia 13 de maio, referente à abolição da escravatura, sendo silenciada no currículo e na maioria nas atividades pedagógicas sobre a história e cultura afro-brasileira e a África.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER):

Reconhecer exige valorizar o respeito às pessoas negras, sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificá-lo, apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros no sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito a comunidade negra. (BRASIL, 2004, p. 12).

Estudar a cultura africana é desmistificar preconceitos, esse olhar redutível que foram impregnados em nosso imaginário pelos europeus. É de fato valorizar a diversidade étnico-racial, pois a cultura e a identidade negra não podem ser marginalizadas, excluída, inferiorizada, é necessário que haja a contextualização dos conteúdos a serem ensinados, aprendidos na escola.

## **A LEI 10.639/2003 E A IMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS NA SALA DE AULA**

A educação brasileira nos últimos anos vem passando por transformações desde a formação de professores e de um currículo que de fato não condizem com a realidade dos alunos. Ainda não se evidencia a inclusão de conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira e africana. Apesar de a Lei ter sido promulgada cabe às escolas cumprirem esse dispositivo legal antirracista na escola, reconhecendo e valorizando os saberes e fazeres da história do afro-brasileira e o Continente Africano e suas influências culturais e identitárias.

A existência da Lei 10.639/2003 e a perspectiva histórica dos negros na sociedade brasileira, deve ser trabalhada no currículo não de forma estereotipada, mas de forma contextualizada cada vez mais no âmbito dos currículos escolares. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta no Objeto de Conhecimento Matrizes Estéticas e Culturais de Artes Visuais, algumas Habilidades sobre a influência das diferentes matrizes estéticas e culturais em Artes Visuais. Assim, descreve:

(EF15AR03) Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais. (BRASIL, 2018, p.10)

(EF69AR01) Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas e em diferentes matrizes estéticas e culturais, de modo a ampliar a experiência com diferentes contextos e práticas artístico-visuais e cultivar a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético. (BRASIL, 2018, p. 20).

(EF15AR25) Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artística. (BRASIL, 2018, p. 20)

A BNCC pode possibilitar a ampliação do diálogo entre professores e alunos sobre o ensino das diferentes culturas, reforçando cada vez mais o reconhecimento e a valorização da população negra, suas crenças, seus hábitos e valores históricos, ancestrais e culturais permeando os componentes curriculares para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana.

Diversificar o espaço da sala de aula com diferentes estratégias de ensino, novas metodologias que ampliem o conhecimento da historicidade afro-brasileira e africana, são desafios dos sistemas educacionais e da formação de professores inicial e continuada para o

trato com as relações étnico-raciais, ampliando os conteúdos programáticos voltados a história e cultura do negro no Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresentamos a Lei 10.639/2003 e a proposição didática: releitura de imagem aplicada em sala de aula, no decorrer do Estágio Supervisionado I, Anos Iniciais do Curso de Licenciatura em Artes Visuais no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica/PARFOR<sup>4</sup>, da Universidade Federal do Pará/UFPA, Campus Universitário de Abaetetuba-PA.

Essa experiência pedagógica em Artes Visuais teve como objetivo proporcionar às alunas e alunos aulas mais dinâmicas, ao mesmo tempo construtivistas, possibilitando a interpretação, reflexão, criticidade sobre a o ensino da História e Cultura Afro-brasileira. A Figura 1 apresenta uma imagem sobre a Diversidade Étnico-Racial por um ensino de várias cores, publicado na Revista Nova Escola, Edição 277, em 17 de agosto de 2015, que traz como Matéria de Capa *Por um ensino de várias cores* e destaca: “Com a Lei nº 10.639/03, a história e a cultura afro-brasileiras tornaram-se conteúdos obrigatórios em sala e pauta para o projeto político-pedagógico (PPP) [...]” (Nova Escola, 2015, p. 1).



Fonte: Revista Nova Escola <https://novaescola.org.br/conteudo/1545/diversidade-etnico-racial-por-um-ensino-de-varias-cores?>

<sup>4</sup> O PARFOR, de acordo com o portal do Ministério da Educação (MEC) é uma ação da CAPES que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de Educação Básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam. Tem por objetivo fomentar a oferta de cursos de licenciatura cujas propostas pedagógicas atendam às especificidades da formação inicial de professores em serviço; Oferecer aos professores da rede pública de Educação Básica oportunidade de acesso à formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam; Estimular a aproximação entre a Educação Superior e a educação básica, tendo a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa. Disponível: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor/parfor>, acesso em 23/10/2023.

A Figura 1 sobre a Diversidade Étnico-Racial, foi propositada em sala de aula e os alunos relacionaram os diferentes aspectos, que constituía a imagem, desde os elementos constitutivos da linguagem visual: a linha (união de dois ou mais pontos); a forma (contorno de da figura); o plano (superfície limitada por uma forma); e a textura (qualidade tátil ou visual de uma superfície; o volume (espaço ocupado por um corpo de três dimensões, isto é, com três medidas, que são altura, largura e profundidade, também chamado de tridimensional). No caso deste desenho e de sua pintura utilizou-se as formas de linguagem artística executadas em planos bidimensionais, isto é, com duas dimensões, largura e altura, como o papel e a tela (DONDIS, 1991). Desse modo, para representar a noção de volume nestes casos o professor (artista) usou recursos gráficos como pontos, linhas, cores, e criou efeitos de luz e sombra.

Assim, ampliou-se os debates coletivos para as palavras contextualizadas na imagem: diversidade, cultura, respeito, etc. Essa atividade possibilitou refletir junto com os alunos que vivemos numa pluralidade cultural presente e enraizada na sociedade e que é possível contribuir rompendo com tabus estereotipados e de que existe um único padrão de beleza e de cor.

Para Santos (2014, p. 25) “[...] certo uso social da cor não só leva a terminologia a se tornar subjetiva como torna o seu uso (em conversas, documentos oficiais, certidão de nascimento/óbito, ou na vida privada) objeto de disputa” (SCHWARCZ, 2012). Na sociedade brasileira a noção de cor historicamente está ligada a lógica da ideologia do branqueamento. Nesse sentido, “[...] o *branqueamento*, que nada tem de ingênuo ou risível, [...] surge como corolário da superioridade da raça branca, uma ideologia de longa duração, que limita os avanços da cidadania no Brasil”. (SKIDMORE, 1976; GUIMARÃES, 2012).

Vale ressaltar que durante a atividade percebeu-se o quanto os alunos se envolveram nas atividades, sendo que 26 (vinte seis) se identificaram e participaram da Proposta Didática e somente 02 (dois) não se identificaram, mas participaram ativamente das atividades propostas. A participação gerou inquietações, como também a socialização dos alunos, por ser uma aula diferenciada, para além da escrita na lousa, as crianças fizeram leituras, discussões e textos que contribuíram para construção positiva na construção da identidade nacional do negro como sujeito ativo. A poesia intitulada “Africanizando” do escritor

moçambicano Morgado Mbalate<sup>5</sup> foi uma das ferramentas metodológicas utilizadas descrita a seguir.

### África em Verso: “Africanizando”

Quando o meu sonho me ilumina  
Eu escrevo África.  
África me faz e me rodeia.  
Eu amo essa gente cheia de África. O chão da África tem cheiro de mim.  
Na África, todos os caminhos nos levam às fontes da terra  
e às origens do mundo.  
E o que me torna africano?  
É o amor pela terra e pela cultura.  
A terra me ilumina. A cultura me encanta.  
Minha alma é atravessada por imensos rios,  
como o Rio Nilo, que nasce no meu corpo.  
Em mim, há quedas de águas, sobre mim,  
caminham cursos de rios.  
A maioria dos rios da África nasce no planalto dos olhos.  
Por isso, eu caminho de mãos dadas com a flora e a fauna.  
Sou savana africana.  
A poesia africana é para se vestir dela  
e correr poemas pelo mundo.  
E eu escrevo para justificar a poesia africana.  
Não acredito na riqueza material fácil e  
rápida para todos os africanos.  
Mas acredito no ideal de riqueza espiritual  
através da promoção da cultura.  
Eu hoje escrevo o coração da África.  
Nunca me separo da África porque a trago dentro de mim.  
África é dentro de mim.

(Morgado Mbalate)

Para iniciar a proposição da atividade Releitura de Imagem foi realizada uma leitura inicial da poesia África em Verso: “Africanizando”, de autoria do escritor e poeta moçambicano Morgado Henrique Mbalate. Leitura realizada coletivamente com os alunos, projetada em sala de aula com auxílio do recurso tecnológico Datashow. Justificamos que a poesia trabalhada teve como objetivo refletir acerca da história da África, na intenção de compreender o Continente africano de maneira positiva.

A poesia retrata o pertencimento do autor com a sua terra – a África, desvelando o seu amor a esse Continente, a sua cultura, seus rios com destaque para o Rio Nilo, a fauna, a flora,

---

<sup>5</sup> Nascido em Maputo, Moçambique, Morgado Mbalate, filósofo, poeta e escritor moçambicano. Nasceu no dia 06 de setembro de 1993, na cidade da Matola, Província de Maputo. Licenciado em Filosofia, Especialidade Recursos Humanos e Ética, pela Universidade São Tomás de Moçambique (USTM/2018). Atualmente é colaborador da revista Por dentro da África (Brasil/desde 2015); e da revista letrinha (Brasil/2017). Disponível em <https://peoplepill.com/i/morgado-mbalate>, acesso em 23/10/2023.

as savanas africanas, a riqueza espiritual, demonstrando em versos a África que o autor traz dentro de si.

Durante o diálogo com os alunos, observamos que eles se referiam a África, baseando-se nas representações negativas presentes no imaginário social acerca desse Continente. Assim, durante o Estágio Supervisionado I, percebemos que os alunos utilizavam alguns termos como miséria, fome, conflitos para se referir a África e essas representações negativas apontaram para a necessidade de ampliar as discussões acerca desse Continente.

Dessa forma, buscamos trabalhar as informações positivas destacando os aspectos relacionados a identidade, diversidade, a herança cultural, tradições, crenças, memórias e histórias. Essas reflexões fizeram com que os alunos ampliassem novas visões inerentes a África, desconstruindo visões estereotipadas que atravessam gerações.

Observamos que a poesia contribuiu com o processo de aprendizagem dos alunos e alunas, elencando possibilidades construtivas, aguçando o imaginário, fortalecendo uma dinâmica de socializações, afim de compreender a África do ponto de vista sociocultural, identitário e sobretudo a importância dos povos africanos na formação da cultura afro-brasileira com suas múltiplas expressões culturais, criando assim uma nova escrita, apresentada em seus desenhos, oriundas de vivências os conhecimentos significativos do povo africano.

Segundo Bergamo (2010, p. 7) o uso de diferentes metodologias representa:

[...] uma opção do professor. Cada qual escolhe: “[...] a inércia ou o desafio e a criatividade. É claro que só o uso de novas metodologias não garante uma boa aula ou uma aula participativa. É necessário que os alunos estejam motivados e abertos para vivenciar esta experiência.

É importante que o docente diversifique suas aulas com outros recursos didáticos, incentivando os alunos para o aprendizado significativo possibilitando o conhecimento acerca da História da África e dos afro-brasileiros. Para Souza (2007, p. 111) o recurso didático representa: “[...] todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos. Há uma infinidade de recursos [...] desde o quadro de giz até um Datashow passando por jogos, passeios [...]”, entre outros, auxiliando o processo de ensino aprendizagem.

Acreditamos que o momento de diálogo, as inferências da leitura da poesia, tenha proporcionado elementos que constituíram para as produções imagéticas dos alunos. Na sequência tendo como referência a figura 1 supracitada, o processo inicial das releituras

aconteceu, a partir dos traços ilustrativos, onde essas referências imagéticas colaboraram para outras leituras da África, de uma diversidade étnica cultural e que está presente e viva nas memórias dos nossos ancestrais, além da imensa relação que entrecruza Brasil/África. As Figuras 2 e 3 demonstram a diversidade étnico-cultural na ilustração.



Nas figuras 2 e 3 é possível identificarmos os elementos da linguagem visual que se configuram dentre as cores, as linhas, formas etc. Dando essa característica nas ilustrações, produzidas.

Nela, também identificamos referências bem visíveis de uma plasticidade da cultura africana e afro-brasileira, que carregaram em seus desenhos traços identitários, permitindo essa amplitude do olhar, do seu repertório imagético de tal lugar, povo e cultura.

Com destaque na figura 2 é notável a valorização e representatividade beleza negra, toda uma visibilidade composta por traços marcantes para os cabelos com turbante<sup>6</sup>. Algo bem interessante, posteriormente enfatizamos também a composição identitária explícita na figura 3, a ilustração da bandeira do Brasil, que em sua volta retrata vários protagonistas que carregam história, memórias e valores afrodescendentes, destacando que o “mundo é de todos nós”. Atentamos que a diversidade étnico cultural vai ganhando espaço nas produções artísticas dos alunos.

<sup>6</sup> Um turbante representa um símbolo que está presente na história e cultura do Brasil, como também na sociedade mundial, em especial a África com vários significados diferentes. A sua construção é feita com os mais diferentes tecidos e acessórios. A simbologia do turbante no Brasil, para os afrodescendentes está ligada a resistência de seus ancestrais que foram trazidos de África através do tráfico de pessoas para a escravização dos mesmos. “O turbante é um adorno repleto de simbolismo para quem usa; tem seu uso originado no Oriente e na África negra”, contraditoriamente de como era usado na Europa, em que apenas era um acessório relacionado à moda. (GODOI, 2016, p. 60).



As leituras dessas imagens carregam uma representatividade importante, pois elas têm essa função de sensibilizar, despertando o olhar do aluno e de aguçar a curiosidade provocando uma experimentação, um diálogo visual, projetada em olhares. Cabe refletirmos que o ato de ler vai além da escrita por isso, destacamos a importância da leitura de imagem na sala de aula, articulando todo esse processo do ler, fazer e contextualizar, a partir da Abordagem Triangular<sup>7</sup> de Ana Mae Barbosa.

Para Barbosa (2006), a leitura de imagens pode ocorrer em dois planos: o plano de expressão e o plano do conteúdo. O primeiro ocorre por meio dos elementos que constituem a imagem (ponto, cor, contraste, harmonia e outros). O segundo é o que dá significados, que leva a fazer comparações entre a imagem e o conhecimento que ele traz de suas vivências e experiências pessoais.

A imagem é um registro histórico que revela costumes, crenças e períodos vividos por um determinado povo. Nesse sentido trabalhar com leitura de imagens em sala de aula como recurso pedagógico auxilia o professor na construção do conhecimento, pois aproxima o cotidiano do aluno abrindo assim, várias possibilidades de interpretação, favorecendo o desenvolvimento de uma prática significativa que, resultará numa aprendizagem abrangente e com resultados que aguçam o interesse do aluno pelo saber mais e complementam sua visão de mundo. (BARBOSA, 2005). Dessa maneira foi possível perceber esse envolvimento dos alunos, a motivação por ser uma aula diferenciada, em que cada criança trouxe para as suas ilustrações sua compreensão, o olhar que adquiriu através da leitura imagética.

A partir das atividades pedagógicas imagéticas percebeu-se que a elaboração de projetos juntamente com a escola/coordenação e demais agentes escolares, possibilita a criação de estratégias para a inclusão dos conteúdos da Lei 10.639/03, introduzindo ferramentas didáticas que dialoguem com os alunos por meio de diferentes atividades como oficinas, formações ou materiais didáticos, articulando com múltiplas ferramentas, recorrendo às iconografias, as pinturas, fotografias, poesias, entre outros. Visando promover ações educativas para o reconhecimento e valorização da identidade negra. Mas, é necessário a ampliação de políticas de ações afirmativas e o compromisso político do Estado para a

---

<sup>7</sup> Proposta de ensino da Arte, idealizada por Ana Mae Barbosa, teve início na década de 1980, surge da necessidade de uma nova abordagem de ensino de Arte consistindo em três Abordagens para construir e trabalhar o ensino em Artes: a contextualização, a apreciação e o fazer artístico em prol da melhoria do ensino da Arte e uma aprendizagem mais significativa, buscando um conhecimento crítico para os alunos e professores.

implementação da Lei 10.639/2003 no currículo das escolas brasileiras, que completa vinte de sua promulgação.

Santos (2014, p. 69) a esse respeito afirma:

[...] a Lei 10.639/2003 contribui para inserir a questão racial no cerne da política curricular no Brasil, sendo um dos mecanismos para contestar a ausência da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, Projeto Político Pedagógico, planos de ensino e as desigualdades “raciais” introduzidas no imaginário da escola básica.

Na Proposição Didática (releitura de imagens) a Lei 10.639/2003 é basilar para a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. Essa proposição tem a intencionalidade de vivenciar experiências e dialogar sobre o “[...] conteúdo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional [...]”. Esse conteúdo de caráter afirmativo resgata “[...] a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. (BRASIL, 2003) nas aulas, sobretudo construir conhecimento que na maioria das vezes se torna invisibilizados no currículo das escolas.

Para a implementação da Lei 10.639/2003 não é preciso esperar datas comemorativas para ilustrarem, coreografarem ou inserirem a discussão dessa temática na escola, mas que possam trabalhar nas aulas esses conteúdos nas diferentes áreas do conhecimento, certamente será um aprendizado significativo para compreender o percurso historiográfico do negro e sua contribuição na sociedade nacional.

A inclusão da história e cultura afro-brasileira na sala de aula, possibilita a inserção de conteúdos sobre a África, cultura, identidade, religião, entre outros, transformando o ambiente escolar em um lugar em que o aluno aprenda a olhar as culturas, o outro e entender que vivemos uma diversidade com várias etnias, culturas, religiões, costumes, entre outras manifestações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo analisar as contribuições da Lei 10.639/2003 a partir da proposição didática de releitura de imagem sobre a história e cultura afro-brasileira e africana aplicada em sala de aula. Portanto, não há como negar o quanto é relevante a Lei 10639/03, sendo fundamental no currículo escolar. Essa legislação antirracista, de caráter afirmativo, é fruto das lutas históricas e resistências do movimento negro. A Lei 10.639/2003, sem dúvida é uma grande conquista, pois altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB 9.394/96) e inclui o conteúdo inédito sobre a história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial das escolas brasileiras.

Os professores em sua prática pedagógica devem proporcionar aos alunos o conteúdo da história e cultura afro-brasileira e africana e suas contribuições para sociedade nacional, explorando as diversas etnias e suas heranças históricas, saberes visando a construção da identidade negra positiva, o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira e africana.

Assim, se faz necessário a intensificação da Lei 10.639/2003 nos espaços escolares, a inserção dos estudos voltados à luta dos negros, da cultura e da historicidade afro-brasileira e africana, ampliando a discussão dessa temática, visando uma prática pedagógica antirracista que envolva efetivamente todas as disciplinas no que se refere ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no âmbito escolar.

Os resultados revelam o quanto as atividades com imagens ampliam o repertório imagético da criança, fazendo com que ela tenha outras referências culturais. A prática pedagógica do professor é importante nessa aprendizagem colaborativa para a formação cultural do aluno, promovendo um ensino construtivo, crítico e reflexivo, fazendo transitar pelo currículo escolar propostas voltadas à cultura afro-brasileira e africana.

Concluimos que a acessibilidade da Lei 10.639/2003 em sala de aula a partir da proposição didática da releitura de imagem amplia as possibilidades para se trabalhar a história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, de modo a contribuir para promover o reconhecimento e a valorização da população negra e sua contribuição na construção da sociedade nacional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. (2003). **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União. 10 jan. 2003.

BRASIL. MEC; **Conselho Nacional de Educação**: Parecer Homologado. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. CNE/CP 003/2004.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004.

BRASIL. BNCC. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acesso em 17 out. de 2023

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da Arte.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

BARBOSA, Maria Helena Rosa. **Leitura de Imagens e o Ensino da Arte: Considerações Em Educação Não Forma em Museus.** 2006.

BERGAMO, M. **O uso de metodologias diferenciadas em sala de aula:** disponível em <http://www.univar.edu.br/revista/downloads/metodologiasdiferenciadas>.

COELHO, Wilma de Nazaré Bahia. **Educação, história e problemas: Cor e preconceito em discussão/** Wilma de Nazaré Baia Coelho. \_Belo Horizonte: Massa Edições, 2012.

DONDIS, Donis A. **A sintaxe da linguagem visual.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FRANTZ, Fanon. **Os condenados da terra.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GODOI, Ana Cecilia Rodrigues dos Santos. **Por que fomos sequestradas dos pés até o último fio de cabelo:** práticas pedagógicas no movimento de mulheres negras e a resignificação do corpo negro. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2016.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. Coleção Educação para Todos. In: **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** (Org.). SANTOS, Sales Augusto dos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, (SECAD/MEC): UNESCO, 2005, p.45-79.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 85: 13-40, 2012.

KI-ZERBO, J. **História da África I: Metodologia e pré-história da África.** 2. ed.rev. - Brasília: UNESCO, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2007.

NASCIMENTO, Elisa Larkin em **Introdução à história da África. In: Educação africanidades Brasil.** MEC – SECAD – UnB – CEAD – Faculdade de Educação. Brasília. 2006. p. 33-51.

MUNANGA. Kabengelê. **As origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações/** KabengeleMunanga. [3.ed.] –São Paulo: Gaudí Editorial, 2012.

MUNANGA, Kabengelê (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC, 2005.

OLIVEIRA, David Eduardo de. *Cosmovisão Africana no Brasil – Elementos para uma filosofia afrodescendente*. Curitiba, Editora Gráfica Popular, 2006.

MUNANGA, Kabengelê. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengelê. Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, jul.–out. 2012, p. 06-14.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão Africana no Brasil – Elementos para uma filosofia afrodescendente**. Curitiba, Editora Gráfica Popular, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

SANTOS, Raquel Amorim dos Santos. **Ciclo de Política Curricular do Estado do Pará (2008-2012)**: a enunciação discursiva sobre as Relações Raciais. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na intimidade. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África**. A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil Na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930); tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, [1976] 2012.

SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil africano-1**. Ed-São Paulo: Ática, 2014.

**Recebido** : 09 de fevereiro de 2023.

**Aprovado**: 30 de novembro de 2023.

**Publicado**: 1 de janeiro de 2024.

---

**Autoria:**

**Gleciane Tavares de Oliveira**

Instituição: UFPA – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia/PPLSA.

E-mail: [gleicciane0310@hotmail.com](mailto:gleicciane0310@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3969-472X>

País: Brasil

**Raquel Amorim dos Santos**

Instituição: UFPA – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal, Faculdade de Pedagogia (FAPED). Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA/UFPA).

E-mail: [rakelamorim@yahoo.com.br](mailto:rakelamorim@yahoo.com.br)

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4817-0036>

País: Brasil